

A narrativa heróico-nacionalista de Arthur Cezar Reis na representação da defesa da Amazônia pelos portugueses, luso-brasileiros e brasileiros (Década de 1960)

ALEXANDRE PACHECO *

Ao lermos a obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional* publicada pelo historiador Arthur Cezar Reis, em 1960, uma das primeiras impressões que nos transmitiu foi sua intenção em expressar preocupações acerca da problemática que envolvia, por um lado, o subdesenvolvimento da Amazônia em relação ao restante do país e, de outro, as conseqüências que esse subdesenvolvimento poderia acarretar no tocante à manutenção da soberania do Estado brasileiro sobre o imenso território amazônico. Manutenção que sempre teve de enfrentar a histórica cobiça internacional sobre a região.

Nas primeiras páginas de *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, em capítulos como “Mundo tropical e empório de matérias primas”, pode-se perceber como tais preocupações se fizeram representadas na narrativa de Reis, sobretudo quando demonstrou como as dificuldades históricas encontradas pelos colonizadores para exploração das riquezas naturais do imenso território amazônico foram responsáveis em parte pelo estado de subdesenvolvimento enfrentado pela Amazônia no presente. Sendo que ao afirmar a não superação desse quadro, em plena década de 1960, é que o autor lançou dúvidas em relação à manutenção da soberania brasileira sobre esse território:

A Amazônia, como espaço, como área de possibilidades econômicas, é, realmente, um campo de atração. Descrevendo-a na série de conferências que proferiu em Nova Iorque divulgadas na Revue Scientifique, XIII, Paris, 1874, sob a denominação geral de “O Vale dos trópicos no Brasil”, Luiz Agassiz, que a estudou durante dez meses, visando preferencialmente à distribuição geográfica dos animais aquáticos, exaltou-se em face da riqueza vegetal com que se defrontou. Enumerou-a, indicando-a como uma fonte paradisíaca de matérias-primas, que a floresta poderia proporcionar, mas estava exigindo mão-de-obra capaz, capital e técnica adiantada. O quadro não foi alterado. A Amazônia continua a ser uma reserva para o futuro. E nesse futuro é que está o grande perigo. (REIS, 1982: 21)

Como, no entanto, diante deste quadro pessimista em relação ao futuro, o autor procurou fazer uso da história como disciplina que poderia fornecer ensinamentos para

o entendimento de pelo menos parte dos problemas amazônicos do presente e que se projetariam no futuro como um perigo à soberania brasileira na região?

Podemos dizer, em primeiro lugar, que foi através de uma narrativa em que o autor procurou mobilizar a construção de uma atmosfera de suspeição e suspense para organizar os fatos relativos às ações de cobiça de vários povos europeus em relação à Amazônia. Tudo isso, com a intenção de construir esteticamente uma denúncia convincente para os homens do presente que desejassem se engajar na defesa da Amazônia.

Denúncia convincente justamente por ter se constituído mesmo que a partir de um enredo em que o autor ao tomar efetivamente partido dos portugueses e dos luso-brasileiros de forma muitas vezes panfletária, bem ao estilo de sua posição nacionalista convicta, por outro lado, não se furtou a narrar de forma suspeita às intenções que aparentemente poderiam ser consideradas como inofensivas por parte dos europeus e norte-americanos em relação à Amazônia desde o período colonial até os anos de 1950.

Narrativa de suspeição sobre as ações dos estrangeiros que obviamente mais do que ter refletido o nacionalismo do homem Reis, pareceu também ser a suspeita do historiador que ao se encontrar no lugar privilegiado de quem no presente pode julgar os antecedentes históricos de mais de trezentos anos dos portugueses e luso-brasileiros na Amazônia, procurou denunciar as manobras de povos que não mereciam possuir um território que historicamente coubera ao povo que mais apto esteve a se adaptar aos rigores da natureza dos trópicos na América: o próprio português e o luso-brasileiro. Ou seja, a suspeita advinda de quem realizou antes de tudo um julgamento moral baseado no mérito posterior principalmente dos portugueses, como se ele, Reis, também fosse herdeiro daqueles que julgou em séculos de permanência e simbiose com a região para chegar à conclusão de quem caberia a posse da Amazônia e, dessa forma, do historiador que escolhe o enredo baseado em um suposto destino que foi determinado para a região a partir da forma como portugueses e luso-brasileiros atuaram nele. E isso, sobretudo em capítulos como “Ingleses, Irlandeses, e Holandeses tentam a primeira surtida”, “Portugueses e Espanhóis disputam o domínio” e “Os Franceses participam da aventura”. (REIS, 1982: 22-43)

Mas o enredo construído a partir da suspeita prepara no terreno da narrativa de Reis a oportunidade para o autor lançar mão de uma atmosfera de suspense para poder

legitimar suas desconfianças em relação aos estrangeiros, que apesar de não merecedores, impõem perigos à Amazônia. O historiador conhece o final dos episódios de conquista, mas lançou mão de uma atmosfera de suspense justamente para valorizar as ações dos portugueses e luso-brasileiros na defesa da Amazônia.

De que forma, entretanto, acabou por legitimar suas suspeitas através do suspense que criou?

Através da narrativa de fatos ligados à cobiça em que procurou demonstrar que os estrangeiros estiveram muitas vezes na iminência de conquistar a Amazônia. Narrativa enfim que só viria a valorizar o segundo aspecto de sua escrita, qual seja, a construção de uma narrativa heróica para descrever as ações dos portugueses e dos lusos brasileiros diante da eminência da perda da Amazônia.

Dessa forma, essa foi a forma encontrada pelo historiador para organizar os episódios ligados às pretensões dos estrangeiros, bem como as reações dos portugueses como dos seus filhos nascidos no Brasil, “os luso-brasileiros”, como também por parte dos brasileiros mais patriotas do passado, como maneira para construir uma narrativa convincente.

Narrativa que pudesse iluminar as ações dos homens do presente, através do exemplo da defesa do imenso território ante as intenções de cobiça das potências estrangeiras, sobretudo a partir dos séculos XVII e XVIII. Defesa que sempre soube rechaçar as tentativas de invasões estrangeiras.

Assim neste texto pretendemos demonstrar como essa narrativa de suspeições, suspense e ações heróicas acabou por revestir a estruturação de um modelo conceitual genérico para dar sentido à denúncia de Reis que se configurou em plena década de 1960, como a denúncia de um nacionalista convicto em sua obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional*.

Vejamos.

No capítulo “Ingleses, Irlandeses e Holandeses tentam a primeira surtida” Reis procurou demonstrar que foram os espanhóis os primeiros a proporem a Amazônia no “campo das cogitações universais” através de escritos como a carta que Gonzalo Fernandez de Oviedo y Valdez. Carta em que descreveu para o Cardeal Pedro Bembo os feitos de Francisco de Orellana ao longo da extensão do grande rio Amazonas e das riquezas de valor econômico que pode constatar. De forma que ao descrever essa

viagem de Orellana que partiu de Iquitos e alcançou o Atlântico em uma viagem repleta de dramas e dificuldades, de contatos com indígenas os mais variados – contatos que acabaram por criar no conquistador e seus companheiros o imaginário de que na região existiriam mulheres guerreiras - afirmou ter sido ela uma das inauguradoras de uma “literatura de exageros”. (REIS, 1982: 23) Literatura essa que ao sofrer a influência da chamada “ilusão da conquista” sobre o Novo Mundo, muito comum ao imaginário da época, acabou por incentivar várias expedições sobre a região. (REIS, 1982: 22 e 23)

Após essa descrição, no entanto, o autor procurou criar suspense sobre as conseqüências que essa literatura de exageros poderia ter tido sobre a manutenção da política de isolamento da Amazônia realizada por espanhóis e portugueses:

A carta de Ovieda circulou. Publicou-a, inicialmente, o famoso Ramúcio, em sua obra intitulada Della Navigazioni e Viaggi, Veneza, 1556. Seguiram-se outras divulgações. Deve ter sido lida com interesse, como as cartas de Vespúcio e os relatos que se faziam sobre as terras e mares em descobrimento. Que resultados dela advieram? A Amazônia, lançada para o mundo em suas páginas, teria provocado logo a cobiça que ainda hoje anda à sua volta? Teriam aquelas novas sensacionais sido apenas recebidas como mais um capítulo da façanha imperial espanhola? (REIS, 1982: 24)

O próprio Reis que procurou antecipar com essas perguntas a cobiça que adveio em relação às terras amazônicas após a difusão dessa “literatura de exageros”, procurou responder pelo menos parte delas, quando afirmou que os relatos surgidos a partir da expedição de Pedro de Ursua em sua trajetória de penetração da Amazônia através do Peru (que serviram, inclusive para a escrita de sua história a partir das mais diversas crônicas), serviram menos à tomada de ação efetiva por parte dos espanhóis em conquistarem a região e mais aos propósitos de conquista de ingleses e holandeses:

A verdade positiva é que, embora lhes cabendo a glória das primeiras empresas descobridoras, não foram os espanhóis os que se atiraram à obra de exploração inicial, de propósito objetivo, natural, pelo que ela representava como império de matéria-prima já cobiçada nos mercados da Europa. Os holandeses e os ingleses é que se lançaram ao negócio, com decisão e impetuosidade.

Disputando aos espanhóis o senhorio dos mares das terras americanas, combatendo-os, ademais, por motivos religiosos, aqueles dois povos dirigiram suas visitas, inicialmente, para as Antilhas. Plantaram ali os primeiros estabelecimentos, assentando os primeiros

golpes no poderio espanhol e demonstrando-lhe que a concorrência a que se atiravam não se reduzia a uma operação militar, pois valia também como empreendimento mercantil em que se iriam fazer fortes e de que se beneficiariam com os despojos do império espanhol.
(REIS, 1982: 24)

Quem, entretanto dentro deste plano narrativo de Reis surgiria para libertar a Amazônia considerando-se que os espanhóis além de não terem tido cuidado com as notícias sobre a Amazônia, também não procuraram defender esse território da presença de ingleses e holandeses? Ingleses e holandeses que vindos das Antilhas se instalaram, a partir do final do século XVI e inícios do século XVII, na costa venezuelana e das guianas, mais especificamente entre os rios Orenoco e Oiapoque e logo em seguida penetraram o Amazonas.

Os portugueses e os lusos brasileiros que mesmo a serviço da Espanha defenderam o território com esforço e coragem decisivos para destruir ao longo dos anos de 1616 a 1648 todas as tentativas de instalação que ingleses e holandeses pretenderam empreender na Amazônia.

Vejamos como autor descreve de forma grandiloqüente a ação dos portugueses e luso-brasileiros nos vários episódios que envolveram o processo de expulsão daqueles povos da Amazônia:

1616 – Pedro Teixeira e Gaspar de Freitas de Macedo atacaram um patacho holandês que se aproximava de Presépio, afundando-o.

1623 – Luís Aranha de Vasconcelos e Bento Maciel Parente, tendo com subordinados Francisco de Medina, Pedro Teixeira Aires Chicharro e uma força expedicionária recrutada em Lisboa, Pernambuco, Rio Grande Norte, Maranhão e Pará, mais um contingente de 1.000 índios frecheiros, coordenados pelo franciscano Cristovão de São José, atacaram as povoações inglesas e holandesas localizadas ao longo do Amazonas, em Gurupá e na ilha dos Tocujú. Ali se encontravam seis fidalgos ingleses, que foram mortos em combate; os fortes derrubados, afundados dois navios e aprisionados centenas de combatentes inimigos.

Em 1625, Pedro Teixeira, Pedro da Costa Favela e Jerônimo de Albuquerque assaltaram as posições holandesas e inglesas do Xingu, destruindo-as e capturando os ocupantes.

Em 1629, Pedro Teixeira e Pedro da Costa Favela tomaram o forte de Torrego, na ilha dos Tocuju.

Em 1631, foi a vez de Jacome Raimundo e Noronha e Pedro da Costa Favela apoderar-se do forte North, no litoral de Macapá. No mesmo ano, Feliciano Coelho tomava e destruía o forte Cumaú, impondo duro castigo aos Nheengaíba, que ajudavam os estrangeiros.

Em 1639, João Pereira de Cáceres, comandante da praça forte do Gurupá, apoderava-se de um patacho holandês que tentava desembarcar colonos nas cercanias do estabelecimento.

Em 1648, por fim, registrou-se o último ataque, Sebastião Lucena de Azevedo destruiu as fortificações holandesas dos lagos da região do Macapá. (REIS, 1982: 29 e 30)

Após a descrição de tais episódios nos primeiros capítulos de *Amazônia e a Cobiça Internacional* vemos Arthur Reis novamente exaltar os feitos dos portugueses na contenção de outras investidas de ingleses, holandeses e franceses sobre a Amazônia em capítulo subsequente “Portugal não cedeu ao meio nem aos concorrentes”.

Aí o autor dentro das proposições de nossa tese novamente elogiou a tenacidade dos portugueses na defesa do Vale Amazônico chegando a sugerir que ao contrário de outros povos que não conseguiram se fixar nos trópicos, os portugueses não só possuíram vantagem devido à simbiose que estabeleceram com a natureza e com os elementos humanos presentes nele, como também teriam possuído se não um planejamento (como se entenderia este conceito dentro da moderna economia política), pelo menos teriam tido um plano para a realização dessa empreitada para a efetiva conquista da Amazônia.

De acordo com Reis, a paisagem amazônica teria causado surpresa e encantamento nos portugueses diante da grandiosidade de seus imensos rios, flora exuberante e fauna diversificada ao terem se defrontado com ela em 1616.

Neste sentido o estado de alma surgido diante da novidade surpreendente teria segundo Reis despertado nos portugueses uma consciência política pragmática para a posse e defesa de todo o novo território.

Entretanto, como o autor embasou essa afirmação sobre a suposta formação de uma consciência política sobre a Amazônia?

Para sustentar sua tese Reis procurou afirmar que o exame de parte da vasta documentação sobre o descobrimento e a ocupação da Amazônia pelos portugueses seria suficiente para demonstrar essa conscientização.

Utilizou-se de sua autoridade de estudioso da região desde a colônia, sem, entretanto, citar documentos que particularmente poderiam comprovar esse estado de alma. Ou seja, através de sua autoridade, sustentou sua posição ao afirmar que essa documentação possuiria [...] “a conclusão de que esse estado de consciência cedo se apoderou dos portugueses que vieram fazer a Amazônia.” (REIS, 1982: 45) E para isso apenas citou seus livros *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira* e *O processo histórico da economia amazonense* como forma de nos enviar para as fontes que se relacionariam com suas afirmações, permitindo ao autor afirmar que essa consciência política poderia ser notada a partir da forma como

[...] *Colonos e autoridades locais, como metropolitanas, não demoraram em compreender a extensão da terra nova, sua importância como área ocupável e a necessidade de exercer-se, sem delongas e com muita objetividade, uma política visando ampliar incessantemente a conquista e extrair da Colônia quanto pudesse fornecer para o desenvolvimento da Nação. Nesse particular, ao exame mais rápido e mais simples que se faça, fica-se prontamente na certeza de que esse entendimento ocorreu logo.* (REIS, 1982: 45)

Vemos inclusive que autor se utilizou de certos efeitos retóricos para enaltecer os feitos dos portugueses na Amazônia como exemplo a serem seguidos pelos brasileiros no presente dos anos de 1960, ao tentar relacionar tais feitos como sendo os feitos de uma nação que deveria ser considerada como precursora de nossa própria nação brasileira. Fato que pudemos perceber quando se utiliza de um ene maiúsculo para designar a nação portuguesa como se fosse a extensão de nossa nação no passado.

Sandra Jatahy Pesavento já havia demonstrado em seu artigo “Fronteiras: diálogos da história com a literatura” como Capistrano de Abreu em seus *Capítulos da História Colonial* procurou se servir de sua autoridade no campo da História para realizar a proposição de sínteses sobre a história do Brasil colônia, sem, no entanto fazer mediação de suas proposições a partir da documentação que consultou de forma exaustiva. (PESAVENTO, 1999: 819-829)

Assim como Capistrano, Arthur Reis também procurou a partir de sua autoridade de historiador reconhecido demonstrar essa consciência política acerca da necessidade da manutenção da Amazônia:

[...] *Os cronistas, por exemplo, registraram a copiosidade da matéria-prima existente e de fácil coleta. Matéria prima animal e vegetal. Os mesmos cronistas, como as autoridades locais, na correspondência que mantiveram*

com Lisboa, como anteriormente com Madri, na fase da união ibérica, acentuaram a conveniência da expansão para garantir a posse dessa especiaria e para servir, ao mesmo tempo, aos objetivos imperiais que estavam no fundo de toda a empresa descobridora e colonialista. (REIS, 1982: 45)

Gilberto Freyre havia notado em Reis nos anos de 1960 essa capacidade de anotação dos fatos de nosso passado colonial, sobretudo em relação aos feitos dos lusitanos na Amazônia: [...] “Historiador atento ao fato econômico tanto quanto ao político, ao traço social quanto ao cultural, da formação brasileira da Amazônia que nos pertence, Mestre Arthur Reis é no Brasil um estudioso já antigo das populações e paisagens luso-amazônicas.” (FREYRE, 1964)

Na seqüência, para impor a idéia de que as medidas tomadas para proteção da Amazônia seriam fruto de uma empresa efetiva do estado português, o historiador cita as memórias de Alexandre Rodrigues Ferreira que relatou como tais medidas protecionistas teriam se realizado tanto no Cabo do Norte, como na extensão de todo o vale amazônico a partir do [...] “direito de descobrimento e conquista, consentimento dos naturais, despesas feitas pela Coroa e tratados que legalizaram a expansão e o domínio exercido.” (REIS, 1982: 45)

Reis, entretanto procurou relativizar diante do que seria a política intervencionista dos estados modernos, a empresa portuguesa na Amazônia, de forma que lançou a pergunta se os portugueses haviam realmente tido um plano para domínio do Brasil ou se suas ações na verdade seriam fruto do imediatismo de iniciativas aleatórias ou mesmo individuais diante dos fatos ligados à conquista e domínio do ultramar? Ou como o autor também sugeriu, [...] “a criação da base territorial, passados os primeiros momentos de contato com o litoral, seria uma resultante de planejamento, de propósito firme ou teria sido apenas o exercício do impulso, do espírito bandeirante dos mamelucos de São Paulo” [...] ? (REIS, 1982: 46)

É possível que o planejamento, como o entendemos hoje, para enfrentar a solução de graves problemas do Estado ou mesmo das cousas privadas, não seria cogitação a marcar aqueles períodos distantes da história. O que se pode e deve aceitar como existente é o propósito firme da formação do império lusitano na Sul-América, tendo por fundo do quadro a base territorial, realizada por incentivo do Estado ou por ele aplaudida, criação de uma humanidade em função dos rigores do meio, a defesa intransigente do espaço, alargado sem desfalecimentos, e a elaboração de economia rural

que, mesmo na fase dramática do rush para Minas, foi mandada assegurar, garantir, desenvolver, incentivar como fonte permanente de estabilidade, portanto de segurança. (REIS, 1982: 46)

Vemos como a própria resposta de Reis esteve carregada da intenção de demonstrar como o propósito lusitano deveria ser valorizado por nós enquanto exemplo heróico.

É curioso notar, inclusive, como Reis, por um lado, omite os feitos dos paulistas na empresa do alargamento do nosso território no que seria a porção amazônica quando faz a pergunta que acima expusemos: [...] “a criação da base territorial, passados os primeiros momentos de contato com o litoral, seria uma resultante de planejamento, de propósito firme ou teria sido apenas o exercício do impulso, do espírito bandeirante dos mamelucos de São Paulo” [...] ? (REIS, 1982: 46) Omissão que ajudou a sustentar suas afirmações sobre o propósito consciente dos lusitanos com relação à Amazônia, já que a empresa dos paulistas apesar de importantíssima possuiu conotação aleatória e não serviria para sustentar sua tese.¹

Pelo contrário, para descrever uma série de conquistas a norte, a oeste e sul da Amazônia por parte do que genericamente chamou de sertanistas, soldados, autoridades civis e religiosas na Amazônia, Reis de forma sutil chegou a relacionar tais conquistas como estando a serviço do Estado português:

A base territorial foi criada. Partindo de Belém, sertanistas, soldados, autoridades civis e religiosas avançaram em direção norte, em direção oeste e em direção sul. Atingiram, pelo mar, o Oiapoque. Fizeram ali a fronteira com os franceses de Caiena. Subindo pela calha central do Amazonas, Solimões, atingiram o Marañón. A fronteira ali ficou no Javari, quando mais de uma vez ela fora conduzida ao Napo. No Napo, Pedro Teixeira, em 1639, localizara o núcleo da Franciscana, que serviria de baliza, na hinterlândia, às duas coroas ibéricas. Em outra oportunidade, como em 1732, a posse do Marañón foi repetida, em ato soberano; que expressava o objetivo político de expansão e de ocupação de seus autores que agiam em obediência a instruções emanadas da alta administração portuguesa. Subindo os rios Negro e Branco, haviam ampliado a fronteira Norte, incorporando um vasto mundo, inclusive rica porção de campos que iria agasalhar, já no século XVIII, um plantel hoje viçoso e importante. Pelo Tocantins, pelo Tapajós,

¹ A própria expressão “mamelucos de São Paulo” denota-nos um efeito retórico pejorativo utilizado no intuito de diminuir os feitos dos paulistas ao mesmo tempo em que nos revela a posição novamente de enaltecimento da figura do português por parte do autor.

pelo Madeira, abrindo comunicação com o Brasil Central e as jazidas minerais do Mato Grosso, interligaram a Amazônia com as demais partes do Brasil, libertando-a do caminho único que o mar significava. Balizando aquelas fronteiras com o Exterior, uma rede de fortificações, que começava na orla marítima e se nomeou assim: Gurupá, Desterro, Araguari, S. Pedro Nolasco, São José do Rio Negro, Nossa Senhora das Neves da Barra, Pauxis, Macapá, bateria de Barcelos, Curiaú, S. Gabriel, Mabitanas, Macapá, Tabatinga, S. José, S. Antônio, S. Joaquim do Rio Branco, N. Sa. De Nazaré de Alcobaça, Periquitos e Bragança. (REIS, 1982: 46)

Interessante é também notar como o autor ao rebater as posições do Geógrafo Pierre Gourou que afirmou que a empresa portuguesa no trópico amazônico havia tido êxito porque não havia encontrado os obstáculos naturais encontrados, por exemplo, no Congo por outros europeus, procurou fazê-lo no sentido de desvalorizar suas afirmações através da afirmação das qualidades do elemento português:

[...] afirma-se uma inverdade, pelo menos tendo-se em conta o conjunto hidrográfico, a bacia e não apenas o delta. Porque no Tocantins, no Tapajós, no Madeira, no Negro, no Branco, esses obstáculos existiram, eram muitos e forma ultrapassados, subidas e descidas as cachoeiras, e a jusante e a montante das mesmas, estabelecidos postos militares, fortemente artilhados, bem como núcleos demográficos permanentes. (REIS, 1982: 47)

Vemos, dessa forma, que Reis para constantemente reiterar os feitos heróicos dos portugueses como exemplos representativos de uma suposta genealogia de um patriotismo necessário para a defesa da Amazônia para seu público leitor, na década de 1960, teve de fazê-lo a partir de omissões e afirmações relacionadas à constituição de uma linguagem influenciada por seu posicionamento nacionalista denunciador.

Em artigo publicado na revista *Papirus* intitulado “A Amazônia e o subdesenvolvimento brasileiro”, em novembro de 1970, percebemos como a linguagem de Reis acabou por internalizar seu nacionalismo denunciador:

Arthur Reis – governador do Amazonas no tempo de Castelo, defensor intransigente da soberania nacional, que impediu a construção do Lago Hudson, quando tudo já estava acertado para isso, depois de uma esmagadora campanha de publicidade na imprensa a favor dêste – e por Sebastião Nery, jornalista da Tribuna da Imprensa. A colonização da Amazônia foi iniciada pelos portugueses, que construíram fortes por toda a Amazônia, pelos paulistas que negociavam e escravizavam índios, e pelos missionários. Para isso, desalojaram os espanhóis, massacraram e

despovoaram vastas regiões, forçando os índios a se recolherem para o interior da floresta. Com isto, foi garantida a posse da terra, despovoou-se a região; com o marquês começaram as tentativas de colonização. (A AMAZÔNIA..., 1970: 07)

Hayden White já havia percebido em seu livro *Trópicos do discurso* como os historiadores procuram organizar os fatos contidos em suas narrativas a partir de operações literárias construtoras de enredos passíveis de serem reconhecidos pelos leitores. Operação literária que para surtir efeito depende muito da realização de omissões sobre certos fatos e a inclusão de outros por parte do historiador:

Vejamos o que diz White:

[...] considerada como um sistema de signos, a narrativa histórica aponta simultaneamente para duas direções: para os acontecimentos descritos na narrativa e para o tipo de estória ou mythos que o historiador escolheu para servir como ícone da estrutura dos acontecimentos. A narrativa em si não é o ícone; o que ela faz é descrever os acontecimentos contidos no registro histórico de modo a informar ao leitor o que deve ser tomado como ícone dos acontecimentos a fim de torná-los “familiares” a ele. Estória = ícone.

[...] nossas explicações das estruturas e dos processos históricos são determinadas mais pelo que deixamos de fora das nossas representações do que pelo que nela incluímos. Pois é nessa brutal capacidade de excluir certos fatos no interesse de construir outros em componentes de histórias compreensíveis que o historiador exhibe seu tato e sua compreensão. (WHITE, 1994: 107)

Reis continuou a impor sua tese sobre o brilhantismo dos portugueses em descobrirem e conquistarem a região Amazônica, agora, através do relato de que teriam se apercebido da importância estratégica da região como substituta da exclusividade que haviam perdido em relação às especiarias do Oriente.

Assim, através da coleta do que chamaram de “drogas do sertão” ao longo da extensão, sobretudo do vale amazônico, essa atividade teria servido de fundamento econômico à conquista e domínio da região, sendo que entre as especiarias estiveram [...] “cacau, cravo fino e grosso, piaçaba, urucu, canela, sementes oleaginosas, ipeca.” (REIS, 1982: 47)

Após esse relato, no entanto, o autor novamente se lançou a uma série de elogios ao desempenho dos portugueses na esfera econômica na Amazônia. Ao se referir à exploração e exportação das madeiras amazônicas para a Europa, chegou a afirmar que

foram utilizadas no Palácio de Queluz. Tudo isso, como forma de valorizar a importância da atividade e a nobreza do produto. Sendo que, em seguida, procurou comparar esse palácio ao palácio de Versalhes, demonstrando-nos novamente o uso de um efeito retórico para demonstrar a grandiosidade do poder régio português.² Utilização de efeito que nos demonstrou como o historiador constantemente se colocou como devoto da nação lusa, fato que comprovadamente influenciou sua escrita sobre a ocupação da Amazônia como estamos demonstrando. (REIS, 1982: 47-48)

Reis também procurou demonstrar que a atividade agrícola na Amazônia teria sido assistida e incentivada pelo “poder público”. Poder que procurou promover prêmios, assegurar condições para o incentivo da plantação de café, do cacau, do algodão, do tabaco, da cana, de forma que a Amazônia em inícios do século XVII teria desenvolvido o quadro de uma atividade agrícola de vulto para a economia da região. (REIS, 1982: 48)

Quanto à mão-de-obra indígena catequizada pelos missionários ou capturada pelas expedições, demonstrou ter sido habilmente utilizada pelo elemento português nas várias atividades como a agricultura, a pesca, a caça, os serviços domésticos, os serviços do Estado, na identificação de espécies da fauna e flora, de forma que acabou por se constituir como uma importantíssima mão-de-obra para toda a economia. (REIS, 1982: 48)

Para terminar o capítulo “Portugal não cedeu nem ao meio nem aos concorrentes” o autor procurou concluir sua tese sobre o poder de organização dos portugueses e sua relação com a manutenção do território amazônico, afirmando que se os lusos não possuíram um plano, ao menos demonstraram ter um programa de ações conscientes sobre a região:

O que importa, no entanto, fixar nestas páginas, como ponto final da primeira parte deste livro, é a política que os portugueses promoveram para manter em seu poder, sob sua soberania, o grande espaço amazônico que haviam descoberto, desbravavam e defendiam com tanta sagacidade e com tanta bravura. Ora, nesse particular, a obra de Portugal revestiu-se de um aspecto ponderável. Porque, tendo executado, se não um plano ou, mais modestamente um programa de que acabamos de ver os frutos marcantes, identificando-se admiravelmente com o meio, nos seus mais agressivos

² Sabidamente o palácio de Queluz é bem menor que o palácio de Versalhes.

relevos, defenderam-no ciosa, brava e objetivamente, sem cessar. (REIS, 1982: 49)

É inclusive interessante perceber que mesmo diante de um dado negativo para os portugueses em relação ao fechamento da Amazônia, qual seja o impedimento da entrada de cientistas como Humboldt que poderiam trazer à colônia as tão combatidas idéias iluministas, Reis desvalorizou a importância do iluminismo para um país como Portugal, para não desvalorizar a política de defesa da Amazônia adota por este país.

A providência para que Guilherme de Humboldt fosse proibido de penetrar na área amazônica luso-brasileira, e, na hipótese de já a ter atingido, ser aprisionado e remetido a Lisboa, tem uma explicação que não pode ser aquela simplista da incultura portuguesa receosa do iluminismo do sábio europeu. E essa explicação está ligada, de um lado, ao velho propósito português de preservar a Amazônia da cobiça estrangeira, evitando que se revelasse, no Exterior, em detalhes, o que era a região; de outro, impedindo a penetração de idéias liberais, contágio herético como então se via o pensamento iluminado que prenunciava a Grande Revolução. (REIS, 1982: 49)

Sendo que para demonstrar que a negação do Iluminismo seria algo menor em relação aos interesses sobre a terra, o autor terminou o capítulo afirmando que [...] “Portugal, cioso da Amazônia, defendia-se, com a porta fechada, do apetite dos concorrentes. Mantinha-se, desse modo, fiel a uma política realista, que lhe assegurava uma soberania mais ou menos tranqüila.” (REIS, 1982: 49)

Que modelo genérico para conceituar a narrativa do autor na primeira parte de seu livro, os efeitos retóricos relacionados à construção de uma narrativa de suspeição e suspense, de heroísmo em relação ao elemento português (e que se relacionaram com certas omissões e afirmações por parte do historiador, como demonstramos), impuseram à organização dos eventos sobre as ações de defesa dos portugueses em relação à Amazônia?

Poderíamos dizer que eles expressaram o tema da tenacidade do português diante da defesa da Amazônia, como exemplo a ser seguido pelos brasileiros para a defesa no presente (década de 1960) daquela região a despeito da histórica fragilidade da soberania do Brasil sobre ela desde a colônia.

Modelo conceitual que pôde ser legitimado por nós a partir de sua recepção na imprensa por uma crítica, que à revelia de suas intenções, realizou a anotação de suas características principais através da leitura de *A Amazônia e Cobiça Internacional*.

Vejamos como esse modelo conceitual foi apreendido por Barbosa Lima Sobrinho, ao reconhecer a autoridade de Reis sobre os assuntos amazônicos, sobretudo aqueles relacionados à cobiça estrangeira em artigo no *Jornal do Brasil* em 1965:

É possível que essa convivência com vários séculos da região amazônica, com o ingente sacrifício de seus povoadores, tenha gerado, no espírito de Arthur Reis, um sentimento mais vivo de zelo e de amor. As regiões fronteiriças são focos de paixões, que o próprio atrito com os estrangeiros costuma provocar. E a história amazônica não é senão uma luta porfiada contra a cobiça internacional, como o próprio Arthur Reis nos relatou, no mais característico de seus livros, aquele que tem por título e tema A Amazônia e a Cobiça Internacional.

[...] Na formação espiritual de Arthur Reis o que predomina é o cientista, com a sua objetividade, com a obsessão da comprovação e da verificação. Pesa e repesa as palavras, para evitar extravios, que lhe apareceriam como pecados contra a Ciência.

Só que ele não consegue, com esse profundo conhecimento do problema, é considerar um episódio atual como se não houvesse nada para trás, como se não existissem quatro séculos de experiências, de lutas, de perigos e de provações. Menos pelo posto, que ocasionalmente ocupa, do que pela sua profunda identificação com a causa do vale amazônico, Arthur Reis sente que desempenha, em face da Nação brasileira, a função de sentinela. Não faz, por isso, cálculos de sobrevivência política ou de êxito pessoal. Limita-se a cumprir a tarefa de sentinela. Que o acampamento desperte ou não desperte, reaja ou não reaja, já não é mais com ele. Mas todos ficarão com a certeza de que, no momento preciso, Arthur Reis embocou o clarim para o toque de alerta. (SOBRINHO, 1965)

Para concluirmos, podemos dizer que foi através de um enredo de suspense e suspeição mobilizado por efeitos retóricos que procuraram valorizar a forma como os portugueses enfrentaram com absoluta tenacidade e sem vacilo as incertezas, a superação das dificuldades e expulsão dos estrangeiros, que o autor dotou sua consciência de instrumentos capazes de organizar os fatos em seus relatos sobre as ações históricas de defesa do território amazônico. Enredo, enfim, que foi capaz de constituir uma trajetória heróica para o elemento português diante da natureza e dos

estrangeiros e que se constituiu a forma como o autor construiu as cores formadoras de seu nacionalismo na obra.

Referências Bibliográficas

A AMAZÔNIA e o sub desenvolvimento brasileiro. **Papirus**, nov. 1970

FREYRE, Gilberto. **A Amazônia brasileira e uma possível lusotropicologia**. Rio de Janeiro: SPVEA, 1964. Disponível em <http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/opusculos/amazonia.htm> > Acesso em 20 de mar. 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da Ficção: Diálogos da História com a Literatura. In: Simpósio Nacional da Associação Nacional de História, 21., 1999, Florianópolis. **Anais...**, São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, p. 819-829.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Suframa, 1982.

SOBRINHO, Barbosa Lima. O publicista, o governador e a Amazônia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 mai. 1965.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 1994.